

Indicadores sobre a pobreza

Dados Europeus e Nacionais

Atualização maio 2016

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento reúne a última informação estatística a nível europeu e nacional, centrando-se nas problemáticas essenciais sobre as quais a EAPN Portugal intervém.

Numa fase em que se fala de recuperação económica, os últimos dados nacionais e europeus referentes à pobreza e exclusão social refletem ainda o impacto que a crise económica e as várias medidas de austeridade implementadas após 2008 tiveram nestes fenómenos e nas pessoas que se encontram nestas situações.

Dos dados recolhidos ressalta:

- Segundo os últimos dados do Eurostat em 2014 existiam na UE28 cerca de 122 milhões de pessoas em situação de pobreza e de exclusão social (24.4% do total da população) (AROPE). Em Portugal essa percentagem foi de 27.5%.
- São as mulheres que se encontram em maior risco de pobreza e exclusão social (25.2%), por comparação aos homens (23.6%). Em Portugal são também as mulheres que se encontram em maior risco de pobreza e exclusão social (28.1%), por comparação aos homens (26.7%).
- Em 2014, 31.9% das pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos encontravam-se em maior risco de pobreza e de exclusão social, logo seguidas pelo grupo das crianças, com idades até aos 18 anos, com 27.8%. O risco de pobreza e exclusão social para o grupo das pessoas com 65 ou mais anos foi de 17.8%.
- Em 2014, 17.2% da população da UE encontrava-se em risco de pobreza na UE28; 8.9% da população da UE encontrava-se em condições de privação material severa; 11.1% da população com idade entre os 0-59 vivia em agregados onde os adultos trabalhavam menos de 20% do seu potencial de trabalho total no ano anterior (baixa intensidade de trabalho).
- Em 2015, a taxa de emprego para a população com idades entre os 20 e os 64 anos, subiu na UE para 70.1%. Em Portugal essa taxa registou em 2015 os 69.1%. Um dos aumentos mais significativos prende-se com a taxa de emprego para a população com idades entre os 55 e os 64 anos (53.3% em 2015). Em Portugal essa taxa foi de 49.9%.
- Em 2014 as disparidades salariais entre homens e mulheres situou-se em 16.1% na UE. Em 2014, 1 em cada 5 mulheres na UE (20.0%) com idades entre os 25-49 e sem crianças a cargo trabalhavam em part-time. A disparidade aumenta com o aumento dos filhos a cargo, ou seja,

quase metade das mulheres (45.1%) com pelo menos três crianças estavam a trabalhar em part-time, comparando com 7.0% dos homens na mesma situação.

- Em Março de 2016 a taxa de desemprego para a Zona Euro (EA19) foi de 10.2%; para a UE28 foi de 8.8% e para Portugal de 12.1%.
- Em Março de 2016 a taxa de desemprego jovem foi de 21.2% para a EA19 e de 19.1% para a UE28. Para Portugal essa taxa foi de 30.7% (Março de 2016).
- A taxa de trabalhadores pobres foi de 9.6% em 2014 para a UE28; 9.4% para a EA19; 10.7% para Portugal.
- O índice de Fertilidade na UE aumentou de 1.46 em 2001 para 1.58 em 2014. Em termos de países, Portugal apresenta um índice de 1.23 (estimativa para 2014) e, no polo oposto, a França lidera com um índice de 2.01 (2014).
- Em 2014 a idade média da população da UE foi de 42.2 anos, o que significa que cerca de metade da população era mais jovem e a outra metade mais velha que 42.2 anos. Portugal (43.1 anos) encontra-se no conjunto de países onde se regista a população mais velha.
- 28 Estados membros da UE concederam o estatuto de proteção a 333 350 requerentes de asilo em 2015. No conjunto das pessoas a quem foi concedido esse estatuto, 246 200 receberam o estatuto de refugiado, 60 700 proteção subsidiária e 26 500 autorização para permanecerem por razões humanitárias.
- Em 2015, 88 300 requerentes de asilo que apelaram à proteção internacional nos Estados Membros da UE foram considerados menores desacompanhados.
- No que diz respeito aos dados do INE, em 2014, 19.5% das pessoas estavam em risco de pobreza, valor que se manteve estável relativamente ao ano anterior.
- Em 2014, a taxa de risco de pobreza para a população idosa foi de 17,1%, superior em 2 p.p. ao valor registado em 2013 (15,1%).
- Desde 2007, as crianças apresentam-se como o grupo etário com maior vulnerabilidade à pobreza e desde 2003 que a taxa de risco de pobreza junto das crianças permanece superior a 20%. Em 2014 registou 24.8%.
- Dentro dos agregados familiares com crianças dependentes são as famílias monoparentais (um adulto com pelo menos uma criança) e as famílias numerosas (dois adultos com três ou mais

crianças) as que apresentam taxas mais elevadas de risco de pobreza (34.6% e 37.7% respetivamente).

- Em 2014, em Portugal, 11% dos trabalhadores encontravam-se em situação de vulnerabilidade à pobreza. Ao longo da última década esta taxa sofreu várias oscilações tendo atingido o seu valor mais elevado em 2007 (11.8%) e o valor mais baixo em 2006 e 2009 (9.7%).
- Os resultados do INE indicam para 2014 uma taxa de intensidade de pobreza de 29%, tendo revelado uma ligeira descida relativamente a 2013.
- Segundo dados do INE, em 2014, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 6 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo.
- Em 2015 (INE), 26.7% da população residente em Portugal encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, menos 0.8 pontos percentuais do que no ano anterior.
- Em Portugal, em 2015 (po), 21.6% da população encontrava-se em situação de privação material e 9.6% em situação de privação material severa.
- Em 2012, 12.2% das pessoas com menos de 60 anos encontravam-se em agregados familiares com uma intensidade laboral *per capita* muito reduzida. Este valor permanece idêntico em 2013 e apresenta um acréscimo de 2.1 pp face a 2011. Os dados provisórios para 2014 revelam uma descida para 10.9%
- A estimativa provisória da taxa de desemprego para março de 2016 situou-se em 12,1%, tendo diminuído 0,1 pontos percentuais face à estimativa definitiva obtida para fevereiro de 2016.

INTRODUÇÃO

Por ocasião das comemorações dos 25 anos da EAPN Portugal e no mês em que se realiza o Encontro Nacional de Associados procuramos atualizar os indicadores de pobreza e exclusão social, tendo em conta os dados disponíveis à data, quer a nível nacional, quer europeu.

O ano 2016 marca as Comemorações dos 25 anos de existência da EAPN Portugal, na sua missão de lutar pelos valores da erradicação da pobreza, pela dignidade humana e pela defesa da igualdade de todos no acesso aos direitos. Os dados estatísticos presentes neste documento não nos permitem ser muito otimistas face ao futuro; estamos longe de atingir as metas determinadas pela Europa 2020 sobretudo na dimensão relacionada com a coesão e igualdade. Nos indicadores relativos a este Pilar Estratégico encontramos-nos aquém do previsto: no indicador relativo à taxa de Emprego 20-64 anos a meta para Portugal no horizonte 2020 é de 75% e encontrávamo-nos em 2015 em 69.1%. Quanto ao indicador: pessoas em risco de pobreza/exclusão social, em 2015 tínhamos mais 14 mil pessoas e a meta é reduzir em 200 mil até 2020.

Do ponto de vista europeu destacamos dois fenómenos; a crise humanitária que vivemos com os refugiados e a ameaça permanente de terrorismo que assola a Europa. Face a estes fenómenos, as manifestações xenófobas que vamos assistindo um pouco por toda a Europa, levam-nos a temer por um futuro de forte instabilidade e desesperança.

Em relação ao nosso país e se olhássemos apenas para os números ficaríamos assustados com o número de crianças em Portugal que se encontra em situação de pobreza e ou exclusão social e ficávamos igualmente assustados com os números da emigração e com os números do desemprego jovem. Aqui falamos apenas das novas gerações, daquelas que irão desenvolver o nosso País.

Depois temos também múltiplos desafios quando nos voltamos para a população idosa em Portugal, pois o índice de envelhecimento da população em Portugal é elevadíssimo e com projeções de longo prazo que merecem a nossa atenção.

Quanto aos adultos em idade ativa continuamos com elevadas taxas de desemprego jovem e desemprego de longa duração e, acima de tudo, continuamos com um número de trabalhadores pobres surpreendentemente alto e que não está necessariamente relacionado com o fenómeno da crise; acaba por ser já estrutural. Em Portugal a mão-de-obra é mal paga e o emprego precário predomina, afetando sobretudo as mulheres.

Outro fenómeno muito típico português prende-se com a desigualdade na distribuição do rendimento que afeta claramente a coesão social.

Risco de Pobreza e exclusão social (Estratégia 2020)

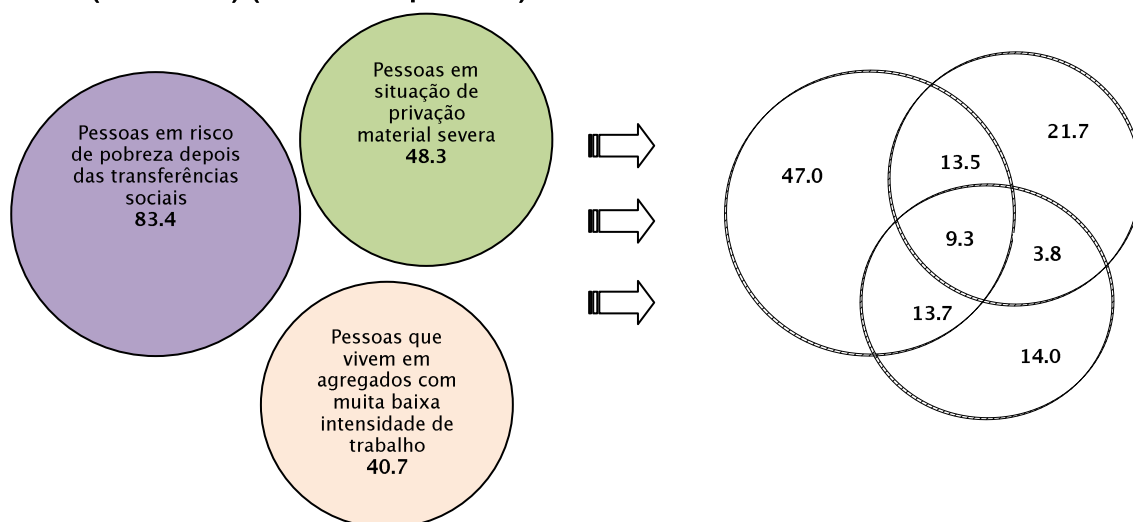
A situação da pobreza e da exclusão social tem vindo a agravar-se nestes últimos anos em virtude da crise económica e do impacto das várias medidas de austeridade que foram aplicadas em alguns dos Estados Membros. O indicador AROPE definido pela Estratégia Europa 2020 é definido como a percentagem de população em, pelo menos, uma das seguintes 3 condições: 1) risco de pobreza, isto é, abaixo do limiar de pobreza; 2) numa situação de privação material severa; 3) vivendo num agregado com uma muito baixa intensidade de trabalho. Com este indicador pode-se perceber até que ponto a meta da Estratégia Europa 2020 para a redução da pobreza está a ser cumprida: reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social.

Segundo os últimos dados do Eurostat¹ em 2014 existiam na UE28 cerca de 122 milhões de pessoas em situação de pobreza e de exclusão social (24.4% do total da população). Em 2013 esse valor rondava os 123 milhões. Este número diminuiu em 1.2 milhões (0.2 pp na proporção do total da população) quando comparado com o ano de 2012. Tendo em conta que este é um indicador composto verificou-se que, em 2014, 86.1 milhões de pessoas viviam em risco de pobreza (depois das transferências sociais); 44.5 milhões em situação de privação material e 41.8 milhões num agregado com muito baixa intensidade de trabalho.

Na figura seguinte é possível perceber a distribuição da população em situação de pobreza e exclusão social pelos três tipos de risco (dados de 2013). Verifica-se, por exemplo, que 9.3 milhões de pessoas são afetadas pelas três dimensões de risco. No mesmo sentido, e entre os valores que mais se destacam, 13.7 milhões estão simultaneamente em risco de pobreza e num agregado com muito baixa intensidade de trabalho, enquanto que 13.5 milhões estão em risco de pobreza e em situação de privação material severa.

¹ Consultar: Eurostat, *The risk of poverty or social exclusion affected 1 in 4 persons in the EU in 2014*, Eurostat Newsrelease 181/2015, 16 October 2015; Eurostat, *Key figures on Europe. 2015 Edition*, European Union 2015 (<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/7072644/KS-EI-15-001-EN-N.pdf/318ee884-50d6-48f0-b086-4410da85d6b6>); Eurostat, *Sustainable development – social inclusion*, Statistics Explained, July 2015 (http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Sustainable_development_-_social_inclusion)

Figura 1: Número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social analisado por tipo de risco; UE-28, 2013 (estimativa) (milhões de pessoas)²



Fonte: Eurostat (online data code: ilc_pees01)

No quadro seguinte é possível perceber a situação deste fenómeno na UE27, UE28, na Zona Euro e em Portugal:

Quadro 1: Pobreza e Exclusão Social na UE28, UE27, EA18 e Portugal (% e Nº/milhões)

	Proporção do total da pop. %				Número de pessoas (milhões)			
	2008	2012	2013	2014	2008	2012	2013	2014
EU28	--	24.7	24.6	24.4	--	123 834	122 894	122 176
EU27	23.7	24.7	24.5	24.4	116 212	122 450	121 623	120 933
EA18	21.6	23.2	23.1	23.5	70 287	76 385	75 745	77 027
Portugal	26.0	25.3	27.5	27.5	2 757	2 667	2 879	2 863

Fonte: Eurostat (ilc_peps01)

Em termos de género, são as mulheres que se encontram em maior risco de pobreza e exclusão social (25.2%), por comparação aos homens (23.6%) (informação relativa ao ano 2014). Esta situação verifica-se igualmente em Portugal, onde são também as mulheres que se encontram em maior risco de pobreza e exclusão social (28.1%), por comparação aos homens (26.7%)³.

² Eurostat, *Key figures on Europe. 2015 Edition*, European Union 2015, p.35

³ Eurostat (ilc:peps01)

Em termos de grupos etários (e para ambos os sexos), verificou-se que é o grupo com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos (mais de 30%) que se encontram em maior risco de pobreza e de exclusão social. Esta situação tem-se vindo a agravar desde 2009. As crianças, com idades até aos 18 anos, constituíam o segundo grupo significativamente vulnerável à pobreza e à exclusão social, com 27.8%.

No que diz respeito às pessoas mais idosas (65 e mais anos), a percentagem tem sido das mais reduzidas, com 17.8%. Verifica-se também na tabela seguinte que, em Portugal assistiu-se a um aumento da taxa de risco de pobreza e exclusão social, entre 2013 e 2014 para os grupos com idades entre os 18-24 anos e com 65 ou mais anos. Portugal apresenta ainda uma elevada taxa de risco de pobreza e exclusão social para o grupo com idades inferiores a 18 anos (31.4%).

Quadro 2: Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por grupo etário, 2012 e 2013 (%)

Ano referência	UE-28		EA18		PT	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
< 18	27.7	27.8	25.1	25.6	31.7	31.4
18-24	31.9	31.9	30.4	30.7	33.1	34.4
18-64	25.4	25.4	24.5	25.1	28.5	28.3
65 ou +	18.2	17.8	16.4	16.0	20.3	21.1

Fonte: Eurostat (ilc_peps01 / update 21/04/2016)

A composição do agregado familiar tem efeitos significativos em termos de rendimento disponível. No quadro seguinte é possível verificar a situação vulnerável em que se encontram as famílias monoparentais e os agregados com filhos a cargo.

Quadro 3: Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por quintil de rendimento e tipo de agregado familiar

	UE28		PT	
	2013	2014	2013	2014
Pessoas singulares	33.6	33.7	32.4	34.1
1 adulto com menos de 65 anos	38.6	38.9	36.3	38.3
1 adulto com 65 e + anos	26.5	26.3	29.4	31.1
1 adulto com crianças a cargo	50.0	48.3	50.5	51.7

Agregados com crianças a cargo	26.1	26.0		29.3	29.0
--------------------------------	------	------	--	------	------

Fonte: Eurostat (ilc_peps03 / update 21/04/2016)

➤ **Pobreza monetária⁴**

17.2% da população da UE encontrava-se em risco de pobreza em 2014 na UE28, ou seja, encontrava-se a baixo dos 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente. Segundo o Eurostat a proporção de pessoas nesta situação tem vindo a aumentar desde 2008. No conjunto de países da União Europeia, mais do que 1 em 5 pessoas estavam em risco de pobreza monetária em países como Roménia (25.4%), Espanha (22.2%), Grécia (22.1%), Bulgária (21.8%) e Letónia (21.2%). As percentagens mais baixas registaram-se em países como: República Checa (9.7%), Holanda (11.6%) e Dinamarca (11.9%). Portugal regista uma taxa de 19.5%.

Quadro 4: Pessoas em risco de pobreza depois das transferências sociais (%) (2008 e 2014)

Ano de referência	2008	2013	2014
UE28	16.6	16.7	17.2
PT	18.5	18.7	19.5

Fonte: Eurostat (code: tps00184)

As transferências sociais têm um impacto considerável na redução da pobreza. Se estas transferências não existissem a percentagem de pessoas em risco de pobreza era consideravelmente superior: UE28 (26.1%) e PT (26.7%) (valores para 2014).

O **sistema de proteção social**, ao garantir, através de diferentes benefícios, o apoio financeiro às pessoas em risco de pobreza, acaba por ter um efeito significativo na redução da mesma (ou pelo menos na redução da gravidade deste fenómeno). Segundo o Eurostat⁵, as prestações da proteção social comportam 96.2% das despesas da proteção social da UE28 em 2012. Os restantes 3.8% cobrem os custos administrativos e outras despesas. Os benefícios à terceira idade e à saúde/doença, juntos,

⁴ Eurostat, *The risk of poverty or social exclusion affected 1 in 4 persons in the EU in 2014*, Eurostat Newsrelease 181/2015, 16 October 2015.

⁵ Eurostat, *Key figures on Europe. 2015 Edition*, European Union 2015, pp. 40-41.

correspondem a 67.6% do total da despesa da proteção social, enquanto que os benefícios relacionados com a família/crianças, deficiência e desemprego, variaram entre 5.2% e 7.5%, cada. Os benefícios ligados à habitação e exclusão social (não contemplados em outras áreas) correspondem, respetivamente, aos restantes 2.0% e 1.5%.

A despesa com a proteção social foi em 2012, para a UE28 na ordem dos 29.5% do PIB. Para Portugal esse valor foi de 26.9%.

➤ **Privação material severa⁶**

8.9% da população da EU encontrava-se em condições de privação material severa, em 2014. A proporção de pessoas nesta situação desceu relativamente a 2013 (9.6%), mas mantém-se elevada quando comparada a 2008 (8.5%). No conjunto de países, a privação material severa está acima dos 20% em países como a Bulgária (33.1%), Roménia (26.3%), Hungria (23.9%) e Grécia (21.5%); e abaixo dos 5% em países como Suécia (0.7%), Finlândia (2.8%), Dinamarca e Holanda (ambos com 3.2%), Áustria (4.0%). Em Portugal a percentagem de pessoas em situação de privação material severa foi de 10.6% (2014).

Quadro 5: Privação Material Severa

Ano de referência	2008	2013	2014
UE28	-	9.6	8.9
PT	9.7	10.9	10.6

Fonte: Eurostat

Uma recente publicação do Eurostat⁷ apresenta uma estimativa relativamente a este indicador, referindo que em 2015, 8.2% da população (cerca de 41 milhões) da UE viviam em situação de privação material severa, ou seja, as suas condições de vida estavam limitadas pela falta de recursos, tais como não serem capazes de pagar as suas contas, manter a casa devidamente quente, ou ter uma semana de férias fora de casa. Depois de ter atingido 9.9% em 2012, a privação material severa tem vindo a

⁶ Eurostat, *The risk of poverty or social exclusion affected 1 in 4 persons in the EU in 2014*, Eurostat Newsrelease 181/2015, 16 October 2015.

⁷ Eurostat, *Share of severely materially deprived people down to 8.2% in the EU*, Eurostat Newsrelease 71/2015, 14 April 2016.

diminuir, embora ainda se mantenha alta. Também em 2015 e para Portugal, esta taxa também diminuiu para 9.6%.

Os agregados com crianças a cargo são mais afetados por esta situação do que os agregados sem filhos, como se pode ver no quadro seguinte:

Quadro 6: Taxa de privação material severa segundo o tipo de agregado, UE, 2015

	Sem crianças a cargo	Com crianças a cargo
Um adulto	11.0%	17.3%
Dois ou mais adultos	6.0%	8.3%

Fonte: Eurostat

➤ **Baixa Intensidade do Trabalho⁸**

11.1% da população com idade entre os 0-59 vivia em agregados onde os adultos trabalhavam menos de 20% do seu potencial de trabalho total no ano anterior (baixa intensidade de trabalho). Esta proporção tem vindo a aumentar de forma gradual desde 2008. As maiores percentagens verificaram-se em países como Grécia (17.2%), Espanha (17.1%) e Bélgica (14.6%); enquanto que os menores valores foram registados na Suécia e Roménia (ambos com 6.4%), Eslováquia (7.1%), Polónia (7.3%) e República Checa (7.6%). Em Portugal essa percentagem foi de 12.2%.

Quadro 7: Pessoas a viverem em agregados com muito baixa intensidade de trabalho (%)

Ano de referência	2008	2013	2014
EU28	-	10.8	11.1
PT	6.3	12.2	12.2

Fonte: Eurostat

⁸ Eurostat, *The risk of poverty or social exclusion affected 1 in 4 persons in the EU in 2014*, Eurostat Newsrelease 181/2015, 16 October 2015.

Segundo o relatório da Comissão Europeia, Emprego e Desenvolvimento Social 2015⁹, a redução verificada no desemprego contribui para a redução dos níveis de pobreza, mas “apenas metade dos pobres que encontraram um trabalho é que escaparam, realmente, da pobreza. Na verdade *as análises demonstram que o apoio aos desempregados é mais eficaz quando está voltado para o aumento da sua empregabilidade e para providenciar competências que são necessárias ao mercado de trabalho, de modo a que eles fiquem mais capacitados para se moverem para empregos mais sustentáveis.*

Nestes últimos anos, o emprego e o desemprego foram claramente afetados pela crise económica. Os dados recentes do Eurostat indicam que a **Taxa de Emprego**¹⁰ no último trimestre de 2015 aumentou 0.3% na zona euro (EA19) e 0.1% na UE28, por comparação ao trimestre anterior. As estimativas do Eurostat indicam que nesse período, 229.9 milhões de homens e mulheres estavam empregadas na UE28, das quais 151.9 milhões estavam na zona euro. As maiores subidas ocorreram em Malta (+1.7%) e Croácia (+0.8%), logo seguidas em países como Portugal, Espanha, Luxemburgo, Polónia, Suécia (+0.7%). As maiores descidas verificaram-se na Estónia (-2.4%), Reino Unido (-1.0%) e Lituânia (-0.3%).

Em 2015, a taxa de emprego para a população com idades entre os 20 e os 64 anos¹¹, subiu na UE para 70.1% (em 2014 essa taxa foi de 69.2%). Mesmo assim, continua abaixo da meta estabelecida pela Estratégia Europa 2020 que prevê o aumento da taxa de emprego deste grupo populacional até, pelo menos, os 75%. Existem diferenças entre homens e mulheres, sendo que no caso dos homens a taxa de emprego foi em 2015 de 75.9% (mais elevada quando comparada com 2014) e no caso das mulheres a taxa foi de 64.3% (também mais elevada quando comparada com o ano anterior, embora se tenha verificado um maior progresso desde 2008 do que o que se verificou no caso dos homens).

Um dos aumentos mais significativos prende-se com a taxa de emprego para a população com idades entre os 55 e os 64 anos (53.3% em 2015; 38.4% em 2002). O Eurostat reforça a relevância deste indicador uma vez que um dos objetivos da Estratégia Europa 2020 prende-se com a maior participação dos trabalhadores idosos no mercado de trabalho.

Quadro 8: Taxa de Emprego para a população com idades entre os 20 e os 64 anos e para a população com idades entre os 55 e os 64 anos (%)

⁹ European Commission, *Employment and Social Developments in Europe 2015*, European Union, 2016

¹⁰ Eurostat, *Employment up by 0.3% in euro area and by 0.1% in the EU28*, Eurostat Newsrelease 48/2016, 15 March 2016

¹¹ Eurostat, *Employment rate of people aged 20 to 64 in the EU above 70% in 2015*, Eurostat Newsrelease 80/2016, 26 April 2016

		2014			2015			Objetivos Europa 2020 (total)
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
20-64 anos	UE	69.2	75.0	63.5	70.1	75.9	64.3	75.0
	PT	67.6	71.3	64.2	69.1	72.6	65.9	75.0
55-64 anos	UE	51.8	58.8	45.2	53.3	60.1	46.9	
	PT	47.8	54.3	42.1	49.9	56.0	44.6	

Do ponto de vista dos Estados Membros, a Grécia, a Itália e a Croácia são os países onde esta Taxa é das mais baixas com, 54.9% e 60.5%, respetivamente. Os países onde a Taxa de emprego da população com idades entre os 20 e os 64 anos é mais elevada, são, por exemplo, a Suécia (80.5%, a Alemanha (78.0%) e o Reino Unido (76.9%). Em Portugal essa taxa registou em 2015 os 69.1%.

A diferença entre homens e mulheres é notória como se pode ver no quadro anterior. Essa diferença é menor em países como, por exemplo, a Finlândia (71.8% para as mulheres e 73.9% para os homens) e maior em países como Malta (53.6% para mulheres e 81.4% para os homens). Portugal encontra-se no conjunto de países onde essa diferença não é tão elevada (- 6.7 pp), ou seja, encontra-se distante da média da EU onde a diferença está nos -11.6 pp.

Tendo em conta as **diferenças de género**, o Eurostat apresentou em Março, uma análise referente ao emprego em part-time¹² e verificou-se que, numa primeira dimensão, as **disparidades salariais** entre homens e mulheres situou-se em 16.1% na UE (dados para 2014), ou seja, as mulheres ganhavam em média 84 cêntimos por cada euro que um homem faz por hora. Numa segunda dimensão estas diferenças estão também presentes no tipo de contrato que é realizado. Em 2014, enquanto 1 em cada 5 mulheres na UE (20.0%) com idades entre os 25-49 e sem crianças a cargo trabalhavam em part-time, para os homens a margem situava-se entre 1 a 12 (8.2%). A disparidade aumenta com o aumento dos filhos a cargo, ou seja, quase metade das mulheres (45.1%) com pelo menos três crianças estavam a trabalhar em part-time, comparando com 7.0% dos homens na mesma situação. Em termos globais e no conjunto dos países da UE, as mulheres têm tendência a trabalhar mais em part-time do que os homens,

¹² Eurostat, *Part-time employment of women in the EU increases drastically with number of children*, Eurostat Newsrelease 45/2016, 7 March 2016.

sendo que a diferença aumenta com a existência de crianças a cargo. Quantas mais crianças uma mulher tiver, maior é a tendência para trabalhar em part-time, enquanto que para os homens isso só acontece quando existem pelo menos 2 crianças:

Quadro 9: Emprego em part-time por sexo e número de crianças, 2014 (população com idade entre os 25 e os 49 anos - %)

	Mulheres				Homens			
	Sem crianças	1 criança	2 crianças	3 ou + crianças	Sem crianças	1 criança	2 crianças	3 ou + crianças
EU	20.0	31.3	39.2	45.1	8.2	5.1	4.8	7.0
PT	11.0	8.5	8.5	13.7	7.0	3.6	3.5	7.9

No que diz respeito ao **desemprego**¹³, e para a zona euro (EA19), a taxa de desemprego em Março de 2016 foi de 10.2%. Esta percentagem diminuiu comparativamente ao mês anterior (10.4%) e comparativamente ao mês homólogo (11.2% em Março de 2015). Para a UE28 a Taxa de desemprego foi de 8.8% em Março, tendo-se verificado também uma diminuição relativamente a Fevereiro (8.9%) e Março de 2015 (9.7%). Em Portugal a Taxa de desemprego em Março de 2016 foi de 12.1%.

Quadro 10: Desemprego (ajustamento sazonal), totais

	Taxas %				
	Mar 15	Dez 15	Jan 16	Fev 16	Mar 16
EA19	11.2	10.4	10.4	10.4	10.2
EU28	9.7	9.0	8.9	8.9	8.8
PT	13.2	12.2	12.1	12.2	12.1

O **desemprego jovem** (grupo populacional com idade inferior a 25 anos) continua a ser bastante elevado. Em Março de 2016 a taxa de desemprego jovem foi de 21.2% para a zona euro (EA19) e de 19.1% para a UE28. Para Portugal essa taxa foi de 30.7% (Março de 2016).

¹³ Eurostat, *Euro Area unemployment down to 10.2%*, Eurostat Newsrelease 84/2016, 29 April 2016.

Fazendo uma comparação entre o terceiro trimestre de 2015 e o segundo trimestre de 2015¹⁴, verifica-se que no conjunto da população da UE que estava desempregada no 2º trimestre, 62.7% (12.9 milhões de pessoas) continuaram desempregadas no 3º trimestre, enquanto 17.9% (3.7 milhões) ficaram empregadas e 19.4% (4.0 milhões) economicamente inativas.

Quadro 11: Fluxo de saída do desemprego, 2º T – 3º T 2015 (%)

	Para o emprego 3º T 2015	Permaneceram desempregadas 3º T 2015	Para a inatividade 3º T 2015
UE	17.9	62.7%	19.4%
PT	19.8%	64.2%	16.0%

No caso da situação de **pobreza das pessoas empregadas (in-work poverty)** verificou-se que esta taxa tem vindo a aumentar nestes últimos anos o que demonstra a vulnerabilidade das pessoas que mesmo estando a trabalhar, essa situação não lhes permite sair de uma situação de pobreza. Segundo o Eurostat¹⁵, a taxa de trabalhadores pobres foi de 9.6% em 2014 (era 9.0% e, 2013) para a UE28. Para a Zona Euro (EA19) a taxa foi de 9.4% também em 2014 e em 2013 foi de 8.7. Em Portugal essa taxa foi de 10.7 em 2014 e 10.4 em 2013.

No que diz respeito ao **desemprego de longa duração**¹⁶, ou seja, das pessoas com idades entre os 15 e os 74 anos que estão desempregadas há 12 ou mais meses, verificou-se uma ligeira diminuição desta taxa entre 2014 e 2015, quer para a UE28 (4.5% em 2015 e 5.0% em 2014), quer para EA19 (5.5% em 2015 e 6.0% em 2014). Em Portugal verificou-se também uma diminuição (7.2% em 2015 e 8.4 em 2014).

Tendências Demográficas

Em 2014, 5 132 milhões de crianças nasceram na União Europeia¹⁷. Um número superior ao que se verificou em 2001 (5 063 milhões). Países como a França (819 300 em 2014), Reino Unido (775 900) e Alemanha (714 900) lideram em termos de nascimentos. A idade média das mulheres que têm filhos pela primeira vez rondou os 29 anos (28.8 anos). O índice de Fertilidade na UE aumentou de 1.46 em 2001 para 1.58 em 2014 (para acontecer a renovação de gerações o número médio de filhos por mulher

¹⁴ Eurostat, *18% of unemployed persons in the EU found a Job*, Eurostat Newsrelease 37/2016, 19 February 2016.

¹⁵ Fonte: Eurostat (Code tespm070)

¹⁶ Fonte: Eurostat (code: tesem130)

¹⁷ Eurostat, *Over 5.1 million babies born in 2014*, Eurostat Newsrelease 49/2016, 15 March 2016.

deve ser de 2.1). Em termos de países, Portugal apresenta um índice de 1.23 (estimativa para 2014) e, num polo oposto, a França lidera com um índice de 2.01 (2014).

Quadro 12: Índice de fertilidade, total, 2001 e 2014

	2001	2014	Varição 2014/2001
UE (previsão)	1.46	1.58	+0.12
PT (estimativa)	1.45	1.23	-0.22

Uma das características da União Europeia prende-se com o significativo envelhecimento da população¹⁸. Em 2014 a idade média da população da UE foi de 42.2 anos, o que significa que cerca de metade da população era mais jovem e a outra metade mais velha que 42.2 anos. Portugal (43.1 anos) encontra-se no conjunto de países onde se regista a população mais velha, onde se incluem também a Alemanha (45.6 anos), Itália (44.7 anos), Bulgária (43.2 anos) e Grécia (43.0 anos).

Do ponto de vista da composição dos agregados, os indivíduos que vivem sós contabilizaram quase 1 terço do total dos agregados da UE em 2014 (31.8%). As maiores percentagens verificaram-se nos 3 países nórdicos – Dinamarca com 45.0%, Finlândia com 40.8%, Suécia com 39.9%. Portugal (21.4%) integra o conjunto de países onde estes agregados contabilizaram 1 em 5 no conjunto dos agregados.

Segundo o Eurostat, 41.8% dos agregados unipessoais eram compostos por pessoas com 65 ou mais anos (EU – 2014). Portugal integra o conjunto de 8 países onde esses agregados são a maioria (58.5%): Croácia (61.9%), Roménia (59.1%), Bulgária (57.4%), Letónia (52.8%), Lituânia (52.4%), Malta (52.1%) e Eslováquia (50.8%). Em 2014, estes agregados unipessoais eram predominantemente compostos por pessoas do sexo feminino (56.6% desses agregados).

No caso das famílias, segundo os Census 2011, mais de 7 em 10 famílias (71.4%) na UE eram compostas por casais, com ou sem filhos. Também em 2011, 16% eram famílias monoparentais, entre as quais 83.7% eram mães solteiras e 16.3% pais. Em Portugal a percentagem de famílias monoparentais foi 14.9%, sendo 86.7% mães solteiras e 13.3% pais.

¹⁸ Eurostat, *People in the EU*, Eurostat Newsrelease 208/2015, 27 November 2015.

De seguida é apresentado um conjunto de informações sobre a situação das pessoas idosas na UE e PT¹⁹:

Quadro 13: Os idosos na União Europeia e Portugal (%)

		UE	PT
% de idosos com 65 ou + anos no total da população (2014)		18.5	19.9
Esperança de Vida (2013)	Mulheres	21.3	21.6
	Homens	17.9	17.8
Anos de vida saudável aos 65 anos (2013)	Mulheres	8.6	9.3
	Homens	8.5	9.6
% de idosos que vivem sós (2014)		31.4	24.7
% de idosos que ainda estão economicamente ativos (2011)		6.8	3.9
% de idosos que viajam (2014)		48.1	30.0
% de idosos que usam a internet pelo menos 1 vez por semana (2015)		41%	23%

Refugiados

Segundo o Eurostat²⁰, 28 Estados membros da UE concederam o estatuto de proteção a 333 350 requerentes de asilo em 2015. Um aumento de 72% quando comparado com o ano anterior. O maior grupo de beneficiários foram os cidadãos oriundos da Síria (166 100 pessoas / 50% do total de pessoas às quais foram concedidos o estatuto), logo seguido dos cidadãos da Eritreia (27 600 / 8%) e do Iraque (23 700 / 7%).

Em 2015, o maior número de pessoas que tiveram o estatuto de proteção foi registado na Alemanha (148 200, ou +212% comparativamente a 2014).

No conjunto das pessoas a quem foi concedido esse estatuto, 246 200 receberam o estatuto de refugiado, 60 700 proteção subsidiária e 26 500 autorização para permanecerem por razões

¹⁹ Eurostat, *A look at the lives of the elderly in the EU today*, November 2015 (infographic: <http://ec.europa.eu/eurostat/cache/infographs/elderly/index.html>)

²⁰ Eurostat, *EU Member states granted protection to more than 330 000 asylum seekers in 2015*, Eurostat Newsrelease 75/2016, 20 April 2016

humanitárias. Para além das pessoas que receberam o estatuto de proteção, a União Europeia recebeu ainda 8 100 refugiados reinstalados.

Quadro 14: Pedidos de Asilo Deferidos em 2015

	Deferimentos				Refugiados reinstalados
	Total nº	Dos quais:			
		Estatuto de Refugiado	Proteção subsidiária	Razões Humanitárias	
UE	333 350	246 175	60 680	26 500	8 155
PT	195	35	160	--	40

Em 2015, 88 300 requerentes de asilo que apelaram à proteção internacional nos Estados Membros da UE foram considerados menores desacompanhados²¹. Os números de menores desacompanhados no período entre 2008-2013 rondavam os 11 000 e 13 000. Em 2014 esse valor quase duplicou para cerca de 23 000 pessoas e quase quadruplicou em 2015. Em 2015, a maioria dos menores desacompanhados eram do sexo masculino (91%) e mais de metade tinham idades entre os 16 e os 17 anos (57% / 50 500 pessoas), 29% tinham idades entre os 14 e os 15 anos (25 800) e 13% idades inferiores a 14 (11 800). Cerca de metade (51%) dos requerentes de asilo considerados menores desacompanhados eram afegãos (2015). Portugal, em 2015, registou 75 requerentes de asilo considerados menores desacompanhados, sendo 62% do sexo masculino e 4% com idades inferiores a 14 anos.

²¹ Eurostat, *Almost 90 000 unaccompanied minors among asylum seekers registered in the EU in 2015*, Eurostat Newsrelease 87/2016, 2 May 2016

ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

Sendo o fenómeno da Pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma direta ou indireta, o problema em análise. De forma a dar a conhecer, em traços gerais, a realidade do nosso país a esse nível, apresentamos de seguida os valores estatísticos, mais recentes, referentes aos indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal.

Taxa de Risco de Pobreza²²

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU- SILC) realizado anualmente junto das famílias residentes em Portugal indica que 19.5% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2014, valor que se manteve estável face ao ano anterior.

De acordo com este inquérito, a taxa de risco de pobreza correspondia à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos anuais por adulto equivalente inferior a 5 059 euros em 2014 (cerca de 422 euros por mês). Este limiar, ou linha de pobreza relativa, corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes.

Quadro 15 : Limiar de Risco de Pobreza (2004 - 2014) (INE)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Limiar de risco de pobreza - anual (€)	4149	4317	4386	4544	4886	4969	5207	5046	4994	4906	4937	5059

Fonte: INE

Em 2014, a taxa de risco de pobreza para a população idosa foi de 17,1%, superior em 2 p.p. ao valor registado em 2013 (15,1%). Assim, 2014 é o segundo ano consecutivo em que se registou um aumento do risco de pobreza para a população idosa, pese embora manter-se a evolução no sentido decrescente observada na série para este indicador: menos 11,8 p.p. desde o início da série em 2003 e menos 2,9 p.p. desde 2010. Os menores de 18 anos e as/os adultos em idade ativa registaram em 2014 riscos de pobreza (respetivamente, 24,8% e 18,8%) ligeiramente inferiores aos do ano anterior (25,6% e 19,1%). Em 2014, o risco de pobreza continuou a atingir com maior impacto as mulheres: 20,1% face a 18,8% para os homens.

Desde 2003 os dados indicam uma tendência de maior vulnerabilidade à pobreza das mulheres. A este nível, 2012 foi um ano excepcional com uma taxa de risco de pobreza superior junto dos homens. Em

²² Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2015 (dados provisórios), INE, dezembro de 2015

2014, foi sobretudo a população reformada aquela que viu aumentar o risco de pobreza, com uma taxa de 14,5% face a 12,9% no ano anterior. O risco de pobreza para a população empregada aumentou de 10,7% para 11,0%.

Tendo em conta os grupos etários, verifica-se um aumento desta taxa nos diferentes escalões entre 2012 e 2013. Tanto para as crianças como para os adultos entre os 18 e os 64 anos, a taxa de risco de pobreza de 2013 é a mais elevada dos últimos 10 anos, sofrendo uma ligeira diminuição em 2014, passando de 25.4% para 24.8% nas crianças e de 19.1% em 2013 para 18.8 em 2014. No caso dos idosos, pelo contrário, verificou-se uma diminuição gradual da taxa de risco de pobreza desde 2003, uma tendência que, no entanto foi contrariada em 2013, com um aumento de 0.5 pp e ainda maior de 2013 para 2014, passando para 17.1%.

Desde 2007, as crianças apresentam-se como o grupo etário com maior vulnerabilidade à pobreza e desde 2003 que a taxa de risco de pobreza junto das crianças permanece superior a 20%.

Quadro 16: Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário, 2003-2014 (INE) (%)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	20.4	19.4	18.5	18.1	18.5	17.9	17.9	18.0	17.9	18.7	19.5	19.5
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Homens)	19.2	18.7	17.7	17.2	17.9	17.3	17.3	17.6	17.5	18.8	18.9	18.8
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Mulheres)	21.6	20.1	19.1	19.0	19.1	18.4	18.4	18.4	18.2	18.7	20.0	20.1
Taxa de pessoas em	24.6	23.7	20.8	20.9	22.8	22.9	22.4	22.4	21.8	24.4	25.6	24.8

risco de Pobreza (< ou =17 anos)												
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18 - 64 anos)	17.0	15.9	15.7	15.2	16.3	15.8	15.7	16.2	16.9	18.4	19.1	18.8
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (>65 anos)	28.9	27.6	26.1	25.5	22.3	20.1	21.0	20.0	17.4	14.6	15.1	17.1

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida; atualização em dezembro de 2015

Com exceção dos anos de 2005 e 2006, ao longo da última década a taxa de risco de pobreza tem-se mantido mais elevada junto dos agregados familiares com crianças dependentes, comparativamente aos agregados sem crianças dependentes. Refira-se que o INE considera como crianças dependentes todos os indivíduos com menos de 18 anos, assim como as pessoas entre os 18 e os 24 anos economicamente dependentes. Em 2014, 22.2% dos agregados familiares com crianças dependentes estavam em risco de pobreza, enquanto esta taxa era de 16.7% para agregados sem crianças dependentes.

Dentro dos agregados familiares com crianças dependentes são as famílias monoparentais (um adulto com pelo menos uma criança) e as famílias numerosas (dois adultos com três ou mais crianças) as que apresentam taxas mais elevadas de risco de pobreza (34.6% e 37.7% respetivamente). Refira-se ainda que se verificou um aumento significativo da taxa de risco de pobreza nos agregados com 1 adulto sem crianças (de 23.1% em 2013 passou para 25.4% em 2014).

Quadro 17: Taxa de Risco de Pobreza segundo composição do agregado familiar (EU-SILC2004 - EU-SILC 2015) (%)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total sem crianças dependentes	20.0	18.5	18.9	18.7	16.1	15.4	16.5	15.8	15.2	15.0	15.8	16.7
1 Adulto sem crianças	35.2	37.1	34.9	33.0	31.0	28.0	30.1	27.5	24.2	21.9	23.1	25.4
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	25.7	28.0	26.3	27.3	25.0	20.1	22.2	23.2	20.7	22.3	23.8	-
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	41.0	42.2	39.8	36.6	34.5	32.7	34.9	30.1	26.6	21.6	22.5	-
2 Adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	16.2	15.2	18.3	17.6	16.5	16.4	16.6	16.2	16.6	17.0	17.4	16.9
2 Adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	30.0	28.1	25.8	26.4	21.7	18.7	20.3	19.5	16.5	13.4	13.1	14.4
Outros agregados, sem crianças	11.5	8.7	9.5	9.3	7.4	8.7	9.1	9.1	10.1	12.0	13.1	13.7
Total, com crianças dependentes	20.6	20.0	18.1	17.7	20.4	19.9	19.1	20.1	20.4	22.2	23.0	22.2
1 Adulto c/ pelo menos 1 criança	34.8	31.5	41.2	33.6	38.9	37.0	37.0	27.9	30.5	33.1	38.4	34.6
2 Adultos com 1 criança	12.8	14.7	12.1	12.2	16.7	13.4	12.6	15.6	16.2	16.0	15.4	13.7
2 Adultos com 2 crianças	24.0	23.9	18.6	17.0	20.6	19.4	17.1	19.8	17.0	19.9	18.0	20.5
2 Adultos com 3 + crianças	41.0	42.0	37.8	43.3	31.9	36.1	33.2	34.5	41.2	40.4	38.4	37.7
Outros agregados,	17.5	14.9	15.8	16.3	18.0	20.1	20.7	19.5	22.3	23.8	28.8	26.3

com crianças												
--------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Em 2014, em Portugal, 11% dos trabalhadores encontravam-se em situação de vulnerabilidade à pobreza. Ao longo da última década esta taxa sofreu várias oscilações tendo atingido o seu valor mais elevado em 2007 (11.8%) e o valor mais baixo em 2006 e 2009 (9.7%). É importante sublinhar que, em 2014, 42% dos desempregados e 31.7% dos “outros inativos” estavam em risco de pobreza. Relativamente a população reformada, assistiu a um aumento considerável de 2013 para 2014 passando de 12,9% para 14.5%.

Quadro 18: Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (EU-SILC 2004 - EU-SILC 2015) (%)

Ano de referência	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total com emprego	12.4	11.9	11.2	9.7	11.8	10.3	9.7	10.3	9.9	10.5	10.7	11%
Total sem emprego	27.8	26.6	26.3	26.9	24.8	24.4	24.5	24.3	24.1	23.8	24.7	
Desempregado	32.0	28.4	31.1	32.2	34.6	37.0	36.4	36.0	38.4	40.3	40.5	42,0 %
Reformado	25.8	25.1	22.9	23.1	20.1	17.4	18.5	17.9	15.9	12.8	12.9	14.5 %
Outros inativos	29.0	27.9	29.0	30.2	28.3	29.9	28.0	28.4	29.2	29.6	32.4	31.7 %

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos.

➤ Linha de Pobreza ancorada no Tempo

Em 2013, o INE procedeu pela primeira vez ao cálculo da linha de pobreza ancorada no tempo (2009), tendo por base a variação do índice de preços no consumidor. De facto, a taxa de risco de pobreza tem como base um conceito de pobreza relativa onde o cálculo do limiar de pobreza é influenciado pelas variações do rendimento médio da população. Com este indicador, procura-se conhecer a taxa de pobreza da população no momento da recolha de novos dados tendo em conta o limiar de pobreza de determinado ano (2009). Assim, se o rendimento médio da população tivesse permanecido relativamente estável entre 2009 e 2013, e tendo em conta a variação do índice de preços no

consumidor, o limiar de pobreza em 2013 seria de 5639€, mais 702€ do que o limiar calculado com base no rendimento médio efetivo da população em 2013.

Tendo por base a linha de pobreza ancorada no tempo, a taxa de risco pobreza em Portugal, em 2014, seria de 24.2%, descendo ligeiramente relativamente ao ano anterior.

Fazendo apenas a análise da taxa de risco de pobreza com base no limiar ancorado no tempo, continuam a ser as crianças que apresentam maior vulnerabilidade (28.3%). Refira-se ainda que o aumento desta taxa tem sido gradual desde 2009 quando 22.4% das crianças estavam em situação de pobreza, interrompida apenas em 2014 com uma descida para 28.3%.

Quadro 19: Linha de pobreza ancorada em 2009 e taxa de risco de pobreza (%), Portugal, EU-SILC 2010-2014

Ano de referência	un.	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (PO)
Linha de Pobreza a preços de 2009	€	5 207	5 280	5 473	5624	5639	5624
Taxa de risco de Pobreza (total)	%	17.9	19.6	21.3	24.7	25.9	24.2
0 - 17 anos	%	22.4	23.9	26.1	30.9	31.1	28.3
18-64 anos	%	15.7	17.7	20.3	23.7	24.6	23.1
65 + anos	%	21.0	21.6	19.8	22.4	25.5	24.0

Fonte: EU-SILC. Inquérito às Condições de Vida / Po – Valor Provisório

Intensidade da Pobreza²³

A Taxa de Intensidade da Pobreza mede a diferença entre o valor do limiar de pobreza e o rendimento monetário mediano dos indivíduos em risco de pobreza. Quando se verifica o aumento da Taxa de Intensidade da Pobreza significa um agravamento da falta de recursos dos indivíduos em risco de pobreza.

Os resultados do INE indicam para 2014 a taxa de intensidade de pobreza era de 29%, tendo revelado uma ligeira descida relativamente a 2013. Relativamente ao grupo etário a taxa é mais elevada entre os 18-64 anos com 32.4% e mais elevada nos homens (33.5%) do que nas mulheres 31.5%. É no grupo etário dos indivíduos com + de 65 anos que se verifica uma intensidade menos elevada 18%.

Quadro 20: Taxa de Intensidade da Pobreza, segundo sexo (EU-SILC 2007 - EU-SILC 2014) (%)

Ano de referência dos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

²³ INE; www.ine.pt, outubro 2015

dados									(PO)
Total	24.3	23.2	23.6	22.7	23.2	24.1	27.4	30.3	29
Homens	24.3	22.5	24.9	23.1	23.4	25.3	28.4	31.2	29.9
Mulheres	24.2	23.6	23.0	22.6	23.0	23.2	27.0	29.3	28.6

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Desigualdade na distribuição do rendimento²⁴

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), em 2014, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 6 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo. Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica auferem 10.6 vezes o rendimento dos 10% da população mais pobre.

Nos últimos anos tínhamos vindo a assistir a um aumento das desigualdades. Efetivamente, quer o indicador S80/S20, quer o S90/S10 apontam para um aumento gradual e constante das desigualdades desde 2009. No caso do coeficiente de Gini, verifica-se igualmente uma tendência de agravamento das desigualdades, apesar de em 2012 ter existido uma pequena redução dos valores e em 2014 esta tendência ter voltado com os valores a caírem ainda que pouco relativamente a 2013.

Quadro 21: Indicadores de Desigualdade do Rendimento (EU-SILC2007 - EU-SILC2015)

Ano de referência de dados	Un .	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Coeficiente de <i>Gini</i> ²⁵	%	37.8	38.1	37.7	36.8	35.8	35.4	33.7	34.2	34.5	34.2	34.5	34
Desigualdade e na distribuição de rendimentos (S80/S20)	nº	7.0	7.0	6.7	6.5	6.1	6.0	5.6	5.7	5.8	6.0	6.2	6.0
Desigualdade e na distribuição	nº	12.3	12.2	11.9	10.8	10.0	10.3	9.2	9.4	10.0	10.7	11.1	10.6

²⁴ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2015 (dados provisórios), INE, dezembro de 2014; www.ine.pt

²⁵ A desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.

de rendimentos (S90/S10)													
--------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Risco de Pobreza²⁶

As transferências sociais têm um impacto importante sobre a Taxa de Risco de Pobreza. Segundo os dados do INE, a taxa de risco de pobreza seria de 47.8% na população residente em 2014 se apenas considerássemos os rendimentos do trabalho, de capital e das transferências privadas. Este valor tem vindo a aumentar de forma constante desde 2006, e, entre 2011 e 2013, a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais aumentou 2.4 pp. Refira-se ainda que as pensões apresentam-se como uma importante medida social no combate a vulnerabilidade à pobreza. De facto, se considerarmos as pensões no cálculo da taxa de pobreza, esta reduz-se para 26.4% em 2014.

Quadro 22: Taxa de risco de pobreza (%) considerando as transferências sociais Portugal EU-SILC 2007-2015 (%)

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (PO)
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	41.3	40.8	40.2	40.0	41.5	41.5	43.4	42.5	45.4	46.9	47.8	47.8
Taxa de risco de pobreza após transferência relativas a pensões	26.5	25.7	25.1	24.2	24.9	24.3	26.4	25.4	25.3	25.5	26.7	26.4
Taxa de risco de pobreza após transferência	20.4	19.4	18.5	18.1	18.5	17.9	17.9	18.0	17.9	18.7	19.5	19.5

²⁶ INE, *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2014 (dados provisórios)*, INE, janeiro de 2015; www.ine.pt

sociais												
---------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Risco de Pobreza e Exclusão Social²⁷

No âmbito da Estratégia 2020 definiu-se um novo indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que procura integrar os conceitos de risco de pobreza relativa (indivíduos com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza, ou seja, a **taxa de risco de pobreza**), de **situação de privação material severa** e o conceito de **intensidade laboral *per capita* muito reduzida**²⁸. Refira-se ainda que este indicador combina informações relativas ao ano em que o inquérito foi aplicado (taxa de privação material severa) com informações relativas ao ano de referência dos rendimentos (taxa de risco de pobreza e intensidade laboral *per capita*), ou seja, ao ano anterior à aplicação do inquérito.

➤ Taxa de Risco de Pobreza ou exclusão social

Os dados do INE indicam que, em 2015, 26.7% da população residente em Portugal encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, menos 0.8 pontos percentuais do que no ano anterior.

Quadro 23: População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social (EU-SILC 2008 - 2015) (%)

Ano do inquérito	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
População em risco de pobreza ou exclusão social	26.0	24.9	25.3	24.4	25.3	27.5	27.5	26.7

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida; atualização em dezembro de 2015

➤ Privação Material e Privação Material Severa²⁹

Tal como explicado na primeira parte deste documento, a privação material baseia-se na ausência de pelo menos 3 dos 9 itens identificados como representativos das necessidades económicas e materiais dos agregados familiares. A privação material severa, por outro lado corresponde a ausência de pelo menos 4 dos 9 itens.

²⁷ INE, *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2015(dados provisórios)*, INE, dezembro de 2015; www.ine.pt.

²⁸ Consideram-se em **intensidade laboral muito reduzida** todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo os estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

²⁹ INE, *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 20145(dados provisórios)*, INE, dezembro de 2015; www.ine.pt

Em Portugal, em 2015 (PO), 21.6% da população encontrava-se em situação de privação material e 9.6% em situação de privação material severa. Verificou-se um agravamento constante da privação material, desde 2011 até 2014, sendo que o ano de 2015 representa uma viragem com uma ligeira descida. Em relação a privação material severa desceu em 2014 e em 2015.

Quadro 24: Indicadores de privação material Portugal (EU-SILC 2004-2015)

Ano de referência	un.	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (PO)
T. de privação material	%	21.7	21.2	19.9	22.4	23.0	21.5	22.5	20.9	21.8	25.5	25.7	21.6
T. de privação material severa	%	9.9	9.3	9.1	9.6	9.7	9.1	9.0	8.3	8.6	10.9	10.6	9.6
Int. da privação material	nº	3.7	3.7	3.7	3.7	3.6	3.7	3.6	3.6	3.6	3.6	3.6	3.7

Fonte: EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento; atualização em dezembro de 2015

Quadro 25: Itens de privação material na população total, Portugal 2014 e 2015

Ano de referência	2014	2015
Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	55.5%	51.3%
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	42.2%	40.7%
Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	28.3%	23.8%
Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	10.1%	12%
Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe pelo menos de 2 em 2 dias	3.5%	4%

Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	1.2%	1.4%
Sem disponibilidade de telefone	0.8%	0.9%
Sem disponibilidade de televisão a cores	0.3%	0.3%
Sem disponibilidade de automóvel	8.9%	8.3%

Fonte: EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2014-2015

Po - Valor provisório

Mais de metade da população não tem capacidade de pagar uma semana de férias por ano fora de casa e 23.8% da população não pode manter a casa aquecida.

➤ Intensidade Laboral

O terceiro indicador que compõe o conceito de risco de pobreza ou de exclusão social é o de **intensidade laboral *per capita* muito reduzida**. O cálculo deste indicador tem em conta as pessoas com menos de 60 anos a residir em agregados familiares onde os adultos (entre 18 e 59 anos), que não são estudantes, trabalharam, em média, menos de 20% do tempo de trabalho possível. Os dados do INE indicam que, em 2012, 12.2% das pessoas com menos de 60 anos encontravam-se em agregados familiares com uma intensidade laboral *per capita* muito reduzida. Este valor permanece idêntico em 2013 e apresenta um acréscimo de 2.1 pp face a 2011. Os dados provisórios para 2014 revelam uma descida para 10.9%.

Quadro 26: Intensidade laboral *per capita* muito reduzida (EU-SILC 2004 – EU-SILC 2014) (%)

Ano de referência	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (PO)
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	6.9	5.9	6.6	7.2	6.3	6.9	8.6	8.2	10.1	12.2	12.2	10.9

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

No final do mês de março de 2016³⁰, estavam inscritos, como desempregados, nos Serviços de Emprego do Continente e Regiões Autónomas, 575 075 indivíduos, número que representa 76,2% de um total de 754 676 pedidos de emprego.

O total de desempregados registados no País diminuiu em comparação com o mês homólogo de 2015 (-2,6%; -15 530). No que respeita ao tempo de inscrição, os desempregados inscritos há menos de um ano aumentaram 1,2% em relação a março de 2015 e a taxa de desempregado de longa duração (tempo de inscrição igual ou superior a um ano) era em 2014 de 8.4%.

A estimativa provisória da taxa de desemprego ³¹para março de 2016 situou-se em 12,1%, tendo diminuído 0,1 pontos percentuais face à estimativa definitiva obtida para fevereiro de 2016. Em fevereiro de 2016, a estimativa definitiva da população empregada situou-se em 4 477,1 mil pessoas, a que corresponde um aumento de 1,6 mil pessoas em relação ao mês anterior e uma variação relativa quase nula.

Em março de 2016, a estimativa provisória da população empregada foi de 4 475,9 mil pessoas, tendo diminuído 1,2 mil pessoas face ao mês anterior (representando uma variação relativa quase nula).

A população empregada diminuiu para as mulheres (0,4%; 8,1 mil) e para os jovens (15 a 24 anos) (1,9%; 4,9 mil) e aumentou para os homens (0,3%; 6,9 mil) e para os adultos (25 a 74 anos) (0,1%; 3,7 mil).

Quadro 27: Taxa de desemprego por sexo e grupo etário (15 aos 74 anos)

(Valores ajustados à sazonalidade)

	2015	2016 (PO)
H/M	13.2	12.1
Homens (15 aos 74 anos)	13	11.8
Mulheres (15 aos 74 anos)	13.4	12.3
Jovens (15 aos 24 anos)	32.4	30.7
Adultos (25 aos 74 anos)	11.7	10.7

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego – 28 de abril 2016 (valores de março 2016)

³⁰ Informação mensal do mercado de emprego, Março 2016, IEFP.

³¹ INE, Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego de Março de 2016, de 28 de abril de 2016 www.ine.pt

Como se pode ver pelo gráfico acima é junto dos jovens que a taxa de desemprego atinge valores mais elevados. Em 2016, mais de um terço dos jovens entre os 15 e os 24 anos que se encontravam disponíveis para trabalhar estavam em situação de desemprego (30.7%). Verificou-se uma diminuição na taxa de desemprego jovem face a 2015, mas mantém-se amplamente elevada

➤ **Retribuição Mínima Mensal Garantida**

Tendo em conta apenas Portugal continental, a proporção de trabalhadores por conta de outrem (TCO) a tempo completo que em abril de 2014 auferiam a retribuição mínima mensal garantida é de 12.9%. Esta proporção tem vindo a aumentar desde 2009, altura em que 8.1% dos TCO recebiam o salário mínimo nacional. Sublinhe-se ainda a diferença verificada entre homens e mulheres. Em abril de 2014, 9.4% dos homens empregados a tempo inteiro recebiam esta remuneração e 17.5% das mulheres auferiam o salário mínimo. Foi também junto das mulheres TCO que se verificou um maior aumento desta proporção entre 2009 e 2014. Neste período a proporção de mulheres com salário mínimo aumentou 5.6 pp e a dos homens aumentou 4.1 pp.

Quadro 28: Proporção de TCO a tempo completo que recebem a Retribuição Mínima Mensal Garantida

Continente	abril					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Homens	5.3	6.4	8.1	8.3	9.2	9.4
Mulheres	11.9	13.4	14.7	15.3	15.1	17.5
Total	8.1	9.4	10.9	11.3	11.7	12.9

Fonte: INE

Foi atualizado o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) a partir de **1 de Janeiro de 2016**. **O valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG)** a que se refere o n.º 1 do artigo 273.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, **é de € 530.00** euros (decreto-lei n.º 254 A/2015 de 31 de dezembro).

Em **abril de 2015**, segundo dados fornecidos pelo Boletim Estatístico do GEP de março de 2016³², o ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo era de 1 140,4 euros. O ganho médio mensal das mulheres, era 78,7 % do valor médio dos homens. 21,4 % dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo auferiam a retribuição mínima mensal garantida (salário mínimo). Este valor tinha maior expressão nas "alojamento, restauração e similares" (29,9 %).

³² Boletim Estatístico março 2016, GEP; Ministério do Trabalho, solidariedade social e segurança social

Prestações Sociais

Um dos aspetos relevantes neste período de crise económica pelo qual o país tem passado prende-se com as mudanças ocorridas nas regras de acesso a algumas das prestações sociais e nos montantes adstritos às mesmas. Esta situação tem-se traduzido numa redução no número de beneficiários e nos valores recebidos o que necessariamente tem impacto na economia das famílias. Nos quadros seguintes são apresentadas as evoluções nos números de beneficiários de algumas das prestações sociais (RSI; CSI; Desemprego).

➤ Rendimento social de Inserção: Famílias e Beneficiários (nº)

Em Portugal, em **março de 2016**, existiam 93 566 famílias e 205 965 beneficiários com processamento de rendimento social de inserção (RSI).

Quadro 29: Famílias e Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

	Anual				Mensal				
	2010	2011	2012	2013	12-2012	12-2013	12-2014	06-2015	
Famílias com processamento de RSI	206 700	173 028	160 358	148 107	111 980	97 472	91 333	92 790	93 566
Beneficiários com processamento de RSI	526 013	447 605	420 803	360 153	280 912	231 136	210 669	208 974	205 965

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados a março de 2016 www.seg-social.pt

Quadro 30: Valor Médio processado (dados mensais) do Rendimento Social de Inserção (€)

	12-2010	12-2011	12-2012	12-2013	12-2014	06-15	03-16
Por Família	228.07	242.01	214.68	210.85	215.37	251.16	261.05
Por Beneficiário	87.61	89.09	83.54	86.65	91.84	93.60	116.54

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados março 2016 www.seg-social.pt

➤ **Complemento Solidário para Idosos: Beneficiários (nº)**

	Anual				Mensal				03-2016
	2010	2011	2012	2013	08-2011	08-2012	08-2013	08-2014	
Complemento Solidário para Idosos	246	248	244	237	235	232	225	172	165 055
	664	734	869	844	793	184	567	145	

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados março 2016

Os últimos dados disponibilizados pela Segurança Social reportam a março de 2016 e revelam que o número de beneficiários do CSI era de 165.0555.

➤ **Prestações de Desemprego: Beneficiários por tipo de subsídio e ano de processamento (nº)**

	Anual			Mensal					
	2011	2012	2013	12-2011	12-2012	12-2013	12-2014	12-2015	03-2016
Subsídio de Desemprego	453 413	543 615	562 998	261 293	331 357	309 081	245 668	204 370	194 972
Subsídio Social Desemprego Inicial	69 644	62 230	47 826	26 949	28 673	19 529	14 310	13132	13.772
Subsídio Social Desemprego Subsequente	66 908	77 905	100 617	29 049	40 160	48 274	46 048	43 473	42 244
Prolongamento Subsídio Social Desemprego	68	87	88	27	44	38	36	29	28

Total	590 033	683 837	711 529	334 184	400 234	376 922	306 062	261 004	249 837
--------------	--------------------	--------------------	----------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------

Fonte: Segurança Social³³

Segundo os últimos dados disponibilizados pela Segurança Social de março de 2016 revelam que 249.837 beneficiavam de prestações de Desemprego (nas prestações do desemprego inclui o Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente e Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego). Este valor tem vindo a decrescer nos últimos anos fruto provavelmente da descida da taxa de desemprego.

➤ **Prestações de Desemprego: Valores médios mensais do subsídio processados por beneficiário, por tipo de subsídio e ano de processamento (€)**

	2010	2011	2012	2013
Subsídio de Desemprego	548.38	564.32	565.48	534.83
Subsídio Social Desemprego Inicial	353.11	421.50	415.69	379.40
Subsídio Social Desemprego Subsequente	363.32	423.35	419.67	407.33
Prolongamento Subsídio Social Desemprego	359.21	381.90	373.07	374.90
Total	493.01	537.89	541.35	513.34

Fonte: Segurança Social³⁴

Segundo os últimos dados da Segurança Social o valor médio mensal de subsídio de desemprego por beneficiário era de 455.34 em março de 2016.

³³Notas: Inclui dados do Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente e Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego; Caso um beneficiário tenha lançamento por mais de um tipo de subsídio no ano, ele é contabilizado uma vez em cada um dos subsídios; A partir de 2005 apenas são contabilizados beneficiários com lançamento cujo o motivo tenha sido "Concessão Normal"; Situação da base de dados em 1/fevereiro/2014; Dados sujeitos a atualizações. In <http://www4.seg-social.pt/estatisticas>

³⁴ Notas: Inclui dados do Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente e Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego; A partir de 2005 apenas são contabilizados beneficiários com lançamento cujo o motivo tenha sido "Concessão Normal"; Situação da base de dados em 1/fevereiro/2014; Dados sujeitos a atualizações. In <http://www4.seg-social.pt/estatisticas>

Um outro indicador que merece também algum destaque prende-se com as situações de sobre-endividamento que têm afetado muitas famílias portuguesas. A seguir são apresentados os últimos dados disponibilizados pelo Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado da DECO no seu Boletim Estatístico do primeiro trimestre de 2016.

Quadro 31: Processos e pedidos de informação de Sobre-endividamento

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 *
Nº de Processos	2034	2812	2838	4292	5407	4034	2768	2712	623
Nº de Pedidos de Informação	6724	13194	11960	20023	23183	29214	29006	29056	7434

Fonte: GAS DECO

Após um aumento do número de processos abertos em 2011 e 2012, o número de processos abertos em 2014 volta a aproximar-se dos valores existentes em 2009 e 2010. Os titulares dos processos abertos em 2014 possuíam em média 4 créditos, um número inferior ao dos anos anteriores. Em 2013 a média foi de 5 créditos e em 2008 e 2009 existiam em média 7 créditos associados a cada processo aberto. Em 2015 a média de créditos era de 5.

Tendo em conta a situação profissional dos titulares dos processos abertos em 2015, verifica-se o elevado peso dos trabalhadores por conta de outrem do sector privado (35%) e dos desempregados (28%).

Quadro 32: Situação profissional da população que solicitou apoio ao GAS (%)

	2012	2013	2014	2015
Desempregado	29	30	30	28
Reformado	13	12	15	16
Trabalhador Sector Privado	34	36	35	35
Trabalhador Sector Público	19	16	15	14
Trabalhador Conta Própria	5	6	5	6

Fonte: GAS DECO

³⁵ GAS DECO, *Boletim Estatístico*, 1º trimestre de 2016 <http://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2016/04/Boletim-2016.pdf>

As principais causas para o sobre-endividamento continuam a ser a deterioração das condições laborais (31%) e o desemprego (33%). No entanto, refira-se uma diminuição de processos abertos causados por estes dois fatores face ao período homólogo (4pp no caso do desemprego e 1 pp devido as condições laborais), e um aumento de processos causados por situações de penhora (3 pp), de divórcio (1pp) e de doença (1pp)

Índice de Bem-estar³⁶

Em 2013, o INE apresentou pela primeira vez os resultados do índice de bem-estar, um instrumento estatístico que pretende disponibilizar regularmente dados que permitam acompanhar a evolução do bem-estar e progresso social em duas vertentes determinantes - Condições materiais de vida das famílias e Qualidade de vida. Estas duas vertentes englobam os seguintes domínios de análise:

a) **Condições materiais de vida:** bem-estar económico; vulnerabilidade económica; trabalho e remuneração;

b) **Qualidade de vida:** saúde; balanço vida-trabalho; educação, conhecimento e competências; relações sociais e bem-estar subjetivo; participação cívica e governação; segurança pessoal; e ambiente

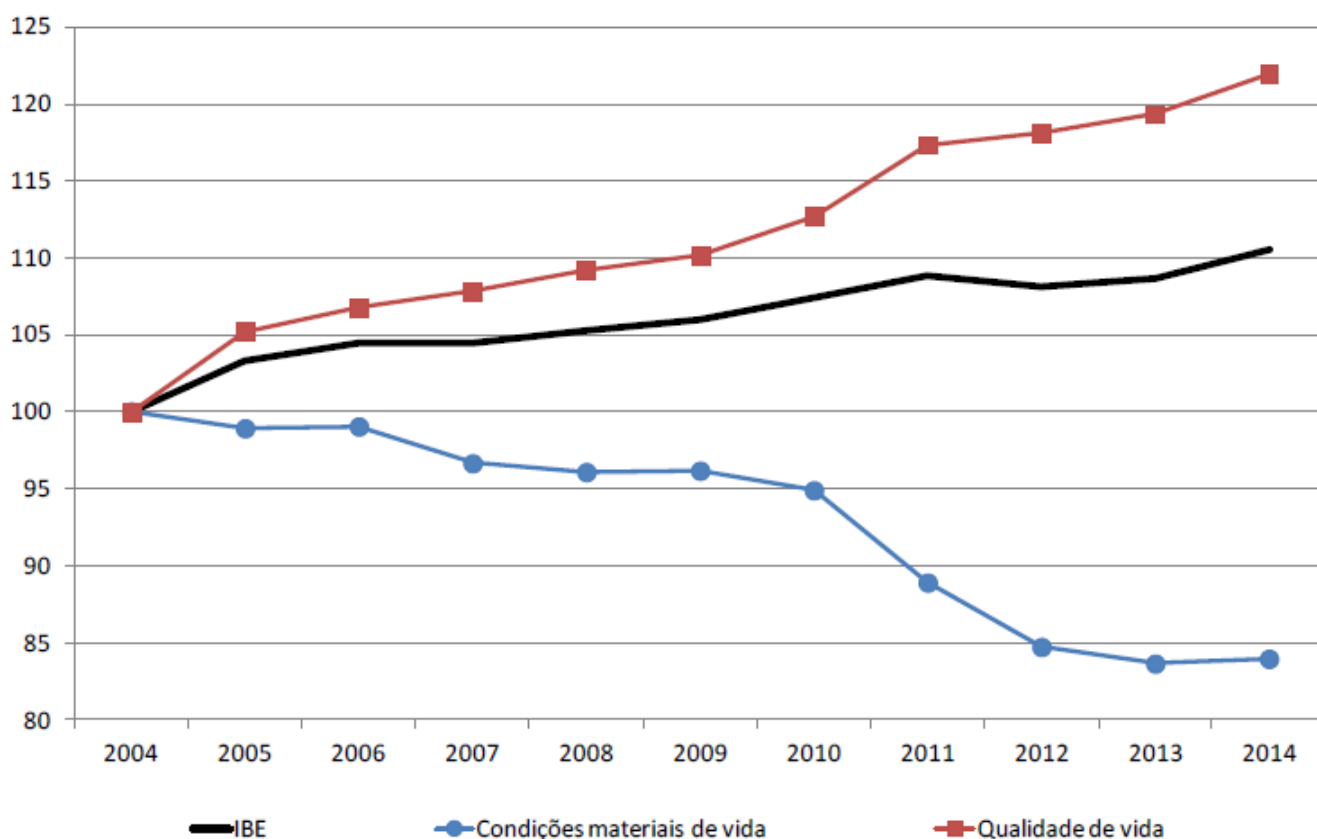
Os dados disponibilizados em 2014 o Índice de Bem-estar em Portugal evoluiu positivamente entre 2004 e 2011, atingindo o valor de 108,8 em 2011. Em 2012 reduziu-se para 108,1, tendo recuperado em 2013 (108,6) e estimando-se que atinja 110,5 em 2014.

Ao longo da última década, as duas perspetivas de análise do bem-estar – traduzidas através dos índices sintéticos de **Condições materiais de vida** e de **Qualidade de vida** – evoluíram em sentidos opostos: enquanto o índice que explica a evolução das Condições materiais de vida registou uma evolução continuamente negativa, atingindo o valor de 83,6 em 2013 (2004 = 100), o índice relativo à evolução da Qualidade de vida apresentou uma evolução continuamente positiva, atingindo em 2013 o valor de 119,3.

Os dados preliminares relativos a 2014, também divulgados neste Destaque, permitem perspetivar uma ligeira alteração da trajetória referida no que se refere ao índice relativo **às Condições materiais de vida**, o qual, depois, do (contínuo) agravamento ao longo dos últimos 10 anos, que implicou uma desvalorização de 15,7 pontos percentuais entre 2004 e 2013 – devida a forte correlação entre muitas das variáveis que compõem este indicador sintético e o funcionamento do sistema económico – e que, em 2014, poderá apresentar, um ligeiro acréscimo.

³⁶ INE, *Destaque - Índice de Bem-estar 2004-2014*, 04 de novembro de 2015

Gráfico 1: Evolução do Índice de Bem-estar entre 2004 e 2014

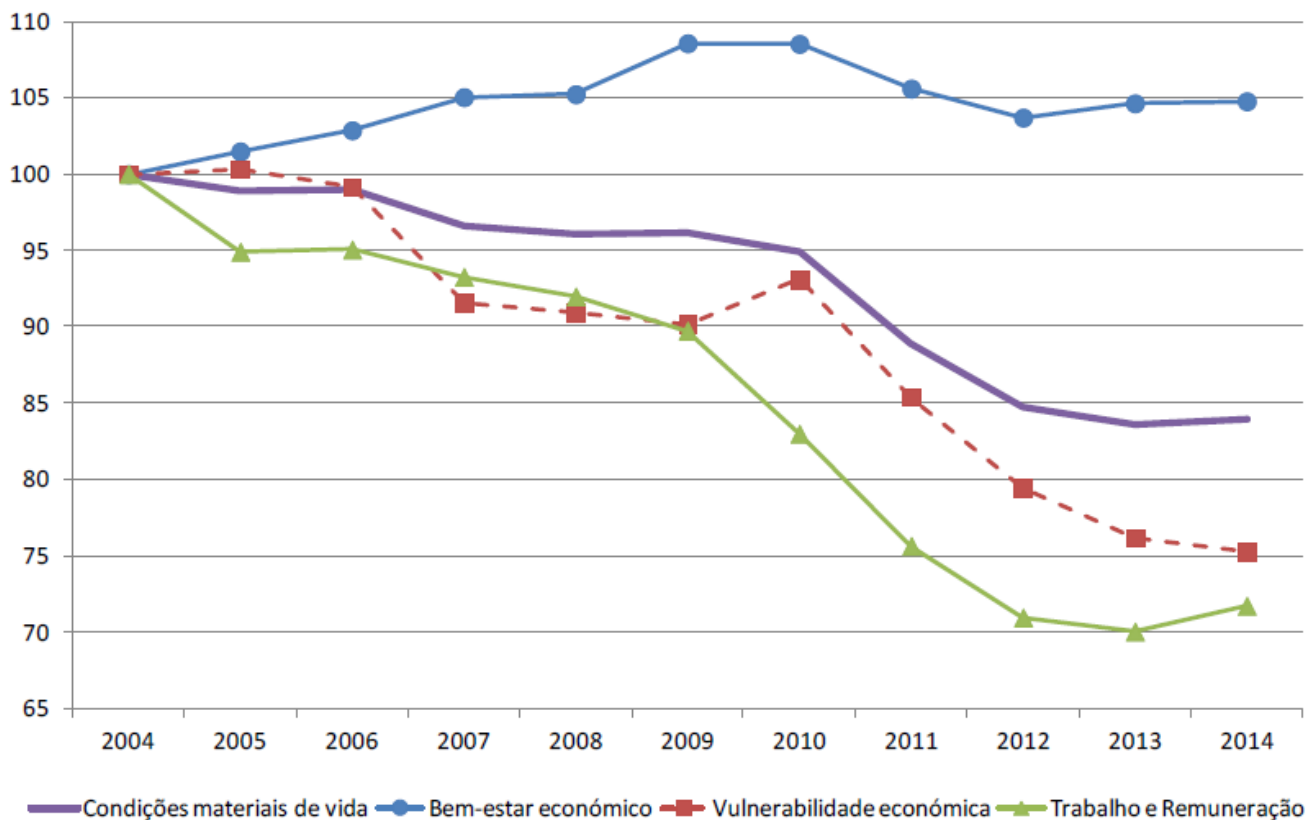


Fonte: INE, Índice de bem-estar 2004-2014

Em praticamente todos os anos desde 2006, verificou-se um agravamento do índice relativo à Vulnerabilidade económica, atingindo-se em 2013 o índice 76,21. Os dados preliminares de 2014 apontam para nova quebra (índice 75,3), representando na comparação com o ano base uma variação de -24,7 pontos percentuais.

O domínio Trabalho e remuneração teve um papel importante na descida do índice sintético de Condições materiais de vida com um decréscimo de 30,0 pontos percentuais entre 2004 e 2013. Neste contexto, o agravamento de todos os indicadores associados ao desemprego revelaram-se preponderantes.

Gráfico 2: Evolução da vertente *Condições Materiais de vida* entre 2004 e 2014



Fonte: INE, Índice de bem-estar 2004-2014

Relativamente aos domínios que explicam o bem-estar em matéria de Qualidade de vida, três deles contribuíram destacadamente para a evolução globalmente positiva registada nesta perspetiva.

Em primeiro lugar, o domínio da Educação, conhecimento e competências teve uma evolução em índice muito positiva, cresceu continuamente no período em estudo, apresentando o índice 172,5 em 2013. Os dados preliminares de 2014 revelam a manutenção desta tendência, estimando-se um índice de 181,4.

Em segundo lugar, o índice relativo ao domínio do Ambiente aumentou sem exceção, desde 2007, registando o valor de 126,7 em 2013. Os dados preliminares de 2014 acentuam esta tendência, estimando-se um índice de 131,8.

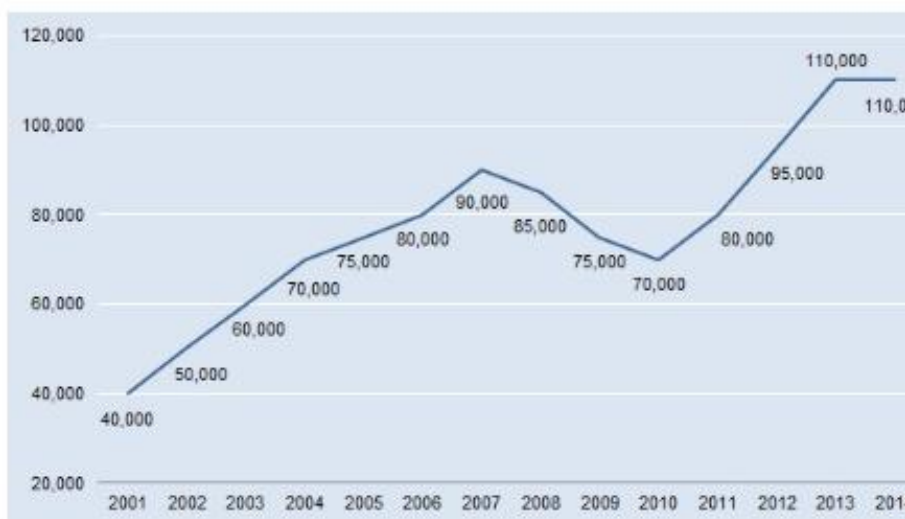
Por último, destaca-se o domínio da Saúde, com uma evolução crescente do índice até 2010 e atingindo em 2013 um valor de 126,1. Os dados preliminares de 2014 apontam para a manutenção dessa evolução positiva, estimando-se um índice de 126,3.

Entre 2013 e 2014 a emigração estabilizou em alta, na casa das 110 mil saídas ano, valores só antes observados nos anos 1960/70.

Os efeitos da crise sobre o volume da emigração portuguesa variaram ao longo dos últimos anos. Numa primeira fase, entre 2008 e 2010, a natureza global da crise financeira e, em particular, o seu impacto no emprego em Espanha, então o principal destino da emigração portuguesa, traduziram-se num decréscimo do número de saídas, em linha com o que aconteceu à época em todo o espaço da OCDE. Desde 2010, com a natureza assimétrica da chamada crise das dívidas soberanas e os efeitos recessivos das políticas de austeridade, a emigração passou a crescer mais do que no período anterior, estabilizando entre 2013 e 2014 na casa das 110 mil saídas ano, valores só antes observados nos anos 1960/70.



Figura Saídas totais de emigrantes portugueses, 2001-2014



Nota: os dados de 2014 são provisórios.

Fonte: Observatório da Emigração com base nos dados sobre as entradas portuguesas nos países de destino.

[Rui Pena Pires]

³⁷ Observatório da Emigração (2014), Portuguese Emigration Factbook 2014, Lisbon, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMFB2014

FONTES:

Bibliografia

- *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2015 (dados provisórios)*, INE, dezembro de 2015
- *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2014 (dados provisórios)*, INE, janeiro de 2015
- *Destaque - Índice de Bem-estar 2004-2014*, INE, novembro de 2015.
- Informação mensal do mercado de emprego, Março 2016, IEFP.
- INE, Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego de Março de 2016, de 28 de abril de 2016
- GAS DECO, *Boletim Estatístico*, 1º trimestre de 2016
- Boletim Estatístico março 2016, GEP; Ministério do Trabalho, Solidariedade Social e Segurança Social (MTSS)
- Eurostat, *The risk of poverty or social exclusion affected 1 in 4 persons in the EU in 2014*, Eurostat Newsrelease 181/2015, 16 October 2015
- Eurostat, *Key figures on Europe. 2015 Edition*, European Union 2015
- Eurostat, *Sustainable development – social inclusion*, Statistics Explained, July 2015
- Eurostat, *Share of severely materially deprived people down to 8.2% in the EU*, Eurostat Newsrelease 71/2015, 14 April 2016
- European Commission, *Employment and Social Developments in Europe 2015*, European Union, 2016
- Eurostat, *Employment up by 0.3% in euro area and by 0.1% in the EU28*, Eurostat Newsrelease 48/2016, 15 March 2016
- Eurostat, *Employment rate of people aged 20 to 64 in the EU above 70% in 2015*, Eurostat Newsrelease 80/2016, 26 April 2016
- Eurostat, *Part-time employment of women in the EU increases drastically with number of children*, Eurostat Newsrelease 45/2016, 7 March 2016
- Eurostat, *Euro Area unemployment down to 10.2%*, Eurostat Newsrelease 84/2016, 29 April 2016
- Eurostat, *18% of unemployed persons in the EU found a Job*, Eurostat Newsrelease 37/2016, 19 February 2016
- Eurostat, *Over 5.1 million babies born in 2014*, Eurostat Newsrelease 49/2016, 15 March 2016
- Eurostat, *People in the EU*, Eurostat Newsrelease 208/2015, 27 November 2015
- Eurostat, *A look at the lives of the elderly in the EU today*, November 2015
- Eurostat, *EU Member states granted protection to more than 330 000 asylum seekers in 2015*, Eurostat Newsrelease 75/2016, 20 April 2016
- Eurostat, *Almost 90 000 unaccompanied minors among asylum seekers registered in the EU in 2015*, Eurostat Newsrelease 87/2016, 2 May 2016

Webgrafia

- <http://www.eapn.pt/observatorio-lisboa>
- <http://www.ine.pt>
- <http://www.iefp.pt>
- <http://www.seg-social.pt>
- <http://www.observatorioemigracao.pt>
- <http://ec.europa.eu/eurostat>
- <http://ec.europa.eu/social/home.jsp?langId=en>